

Escolas privadas são 'generosas' na atribuição de notas

Um teste ao rumor generalizado de que as escolas privadas beneficiam os seus alunos na atribuição de notas confirma a situação e dá-lhe uma expressão quantitativa, configurando uma injustiça tanto mais grave quanto continuada ao longo de anos.

É frequente ouvir-se, no nosso país, que as escolas privadas tendem a ser mais 'benevolentes' do que as públicas na avaliação dos estudantes do Ensino Secundário. Isso explicaria as recorrentes histórias de pais que transferem os filhos do ensino público para o privado, na esperança de que aí tirem melhores notas e, assim, vejam aumentadas as possibilidades de aceder ao Ensino Superior. A ser verdade, esta situação configuraria uma injustiça grave, e tanto mais grave quanto continuada ao longo dos anos, afetando números progressivamente maiores de candidatos ao Ensino Superior.

No âmbito de um projeto de investigação mais alargado sobre os rankings escolares, decidimos colocar à prova este rumor generalizado. Fizemo-lo da seguinte forma: compilámos as bases de dados dos resultados nos exames nacionais disponibilizadas pelo Ministério da Educação desde o ano letivo 2001/02 até 2011/12 (onze anos, correspondentes a um total de cerca de 4.500.000 exames realizados). Para cada um desses anos, e posteriormente para o total dos anos, comparámos a classificação obtida em cada exame nacional realizado com a nota obtida pelo estudante na escola de origem – os alunos externos ficaram, por esta razão, excluídos da análise. Por fim, desagregámos os dados obtidos por tipo de escola: pública e privada.

O gráfico sintetiza o diferencial entre as classificações internas (CIF) e as classificações nos exames nacionais (CE). A linha correspondente ao valor 0 (zero) no eixo das ordenadas representa a média das diferenças entre todas as classificações internas e as correspondentes classificações nos exames nacionais. Esta linha encontra-se dividida em 20 pontos, do 0 (zero) ao 19, que correspondem às classificações obtidas nos exames nacionais. O ponto 0 (zero) agrega as classificações nos exames nacionais entre 0 (zero) e 0,9 valores, o ponto 1 as classificações entre 1 e 1,9 e assim sucessivamente até ao ponto 19, que agrega as classificações entre 19 e 20 valores. Este diferencial médio constitui, assim, a linha de base a partir da qual se podem apreciar os diferenciais das escolas públicas e das escolas privadas.

A análise do gráfico demonstra claramente que o diferencial entre as classificações internas e as classificações obtidas nos exames nacionais é maior nas escolas privadas do que nas públicas. Desde logo, nas escolas privadas o diferencial é sempre superior à média; nas públicas, sempre inferior. Deve aqui assinalar-se que, em princípio, o diferencial das escolas públicas estaria sempre relativamente próximo da média, porque há cerca de cinco vezes mais escolas públicas do que privadas: ou seja, as escolas públicas têm um peso maior na formação da média. Evidentemente, esse facto em nada constrange o posicionamento do diferencial das escolas privadas, que tanto poderia ser acima, abaixo ou na média.

Verifica-se também que, entre as classificações de 12 a 19 valores no exame nacional, a diferença entre os diferenciais das escolas privadas e públicas é sempre superior a 0,5 valores, chegando a atingir quase 0,7 valores. Ou seja, é quando as notas mais contam para a entrada no Ensino Superior que mais aumenta a 'generosidade' das escolas privadas na atribuição de notas internas.

Por fim, assinala-se que, muito embora o gráfico seja uma síntese dos dados de 11 anos letivos, a sua configuração é extraordinariamente similar em todos e cada um dos anos letivos.

Os dados apresentados concordam com o sentido do rumor generalizado que aqui pusemos à prova e dão-lhe uma expressão quantitativa. Em próximo artigo, iremos desagregar estes dados por escola pública (TEIP e não TEIP) e privada (com e sem contrato de associação).

Tiago Neves
Maria João Pereira
Gil Nata